

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

**Informações contábeis
intermediárias em 30 de junho de
2026**

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	13
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	16
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS	18
8	PARTES RELACIONADAS	20
9	OUTRAS CONTAS A RECEBER	23
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	24
11	INTANGÍVEL	24
12	ATIVOS DE CONTRATO	25
13	FORNECEDORES	25
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	26
15	DEBÊNTURES	28
16	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS	30
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	32
18	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	33
19	OUTRAS CONTAS A PAGAR	34
20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
21	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	36
22	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39
23	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS	40
24	CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	41
25	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	42
26	RESULTADO FINANCEIRO	43
27	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	44
28	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	48
29	COMPROMISSOS FUTUROS	49
30	EVENTOS SUBSEQUENTES	49

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias, (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, reading 'Nathália Araújo Domingues', written in a cursive style.

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	773.740	807.202
Aplicações financeiras	5	1.660.947	1.923.169
Contas a receber de clientes	6	2.309.965	2.272.072
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	106.455	-
Almoxarifado		40.116	28.545
Serviços pedidos		211.348	200.192
Subvenção CCC		121.653	117.440
Depósitos judiciais	17	341	5.497
Impostos e contribuições a recuperar		158.086	146.243
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		243.255	145.076
Outras contas a receber	9	665.912	647.714
Total do ativo circulante		6.291.818	6.293.150
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	20.206	23.185
Contas a receber de clientes	6	211.322	217.165
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		334.434	349.930
Serviços pedidos		38.033	38.033
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	67.448	-
Impostos e contribuições a recuperar		457.252	440.688
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		43.683	61.251
Depósitos judiciais	17	152.532	138.481
Benefício pós-emprego		12.955	12.193
Outras contas a receber	9	3.318	4.364
Ativo financeiro da concessão	10	301.073	8.877.170
Investimentos		4.731	5.565
Intangível	11	11.183.679	1.422.477
Ativos de contrato	12	861.989	913.973
Direito de uso		9.491	11.934
Total do ativo não circulante		13.702.146	12.516.409

Total do ativo	19.993.964	18.809.559
-----------------------	-------------------	-------------------

Passivo	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Circulante			
Fornecedores	13	1.020.088	1.111.437
Fornecedores - risco sacado	13.1	182.612	202.487
Empréstimos e financiamentos	14	372.253	353.380
Debêntures	15	154.741	135.770
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	204.086	155.691
Instrumentos financeiros derivativos	27	1.983	91
Passivo de arrendamento		8.128	5.288
Impostos e contribuições a recolher		267.567	245.569
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		62.360	5.792
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		30.530	26.064
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	100.644
Contribuição de iluminação pública		57.492	60.632
Encargos setoriais		79.853	79.548
Participação nos lucros		18.116	44.768
Provisões para riscos judiciais	17	10.339	10.063
Dividendos a pagar	8	702.512	299.251
Benefício pós-emprego		1.794	1.708
Outras contas a pagar	19	498.357	491.482
Total do passivo circulante		3.672.811	3.329.665
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.824.832	1.968.891
Debêntures	15	6.516.271	5.738.109
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	999.859	1.014.917
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	116.036
Passivo de arrendamento		3.358	8.845
Impostos e contribuições a recolher		129.605	134.474
Encargos setoriais		117.346	91.218
Instrumentos financeiros derivativos	27	266.923	116.329
Provisões para riscos judiciais	17	140.296	140.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	903.700	810.503
Benefício pós-emprego		81.591	79.512
Outras contas a pagar	19	85.588	81.071
Total do passivo não circulante		11.069.369	10.300.849
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.633.752	1.633.607
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.044)	(6.164)
Reserva de capital		39.021	37.215
Reserva de reavaliação	20.2	14.328	18.088
Reservas de lucros		2.796.154	3.496.299
Lucros Líquido do período		774.573	-
Total do patrimônio líquido		5.251.784	5.179.045

Total do passivo e patrimônio líquido	19.993.964	18.809.559
--	-------------------	-------------------

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



		01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
	Nota				
Receita operacional líquida	22	3.240.375	6.253.783	3.012.828	5.707.792
Custos com energia elétrica	24	(1.302.086)	(2.348.102)	(1.040.564)	(1.977.886)
Custo de construção		(716.053)	(1.502.754)	(856.164)	(1.575.963)
Custo da operação		(285.718)	(526.371)	(350.212)	(565.067)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(2.303.857)	(4.377.227)	(2.246.940)	(4.118.916)
Lucro bruto		936.518	1.876.556	765.888	1.588.876
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	23	(67.811)	(135.073)	(63.653)	(120.839)
Despesas gerais e administrativas	23	(80.295)	(182.948)	(52.401)	(100.995)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	23	(70.447)	(148.863)	(67.456)	(120.753)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(39.755)	(98.019)	(29.550)	(59.761)
Total de despesas operacionais		(258.308)	(564.903)	(213.060)	(402.348)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		678.210	1.311.653	552.828	1.186.528
Receitas financeiras	26	326.606	637.235	273.653	539.414
Despesas financeiras	26	(534.568)	(1.021.086)	(401.528)	(814.536)
Resultado financeiro, líquido		(207.962)	(383.851)	(127.875)	(275.122)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		470.248	927.802	424.953	911.406
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(34.638)	(63.855)	(63.549)	(91.693)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	(49.212)	(93.134)	(724)	(65.889)
Impostos sobre o lucro		(83.850)	(156.989)	(64.273)	(157.582)
Lucro líquido do período		386.398	770.813	360.680	753.824
Resultado por ação básico e diluído - R\$					
Ação ordinária	20.3	0,17491	0,34893	0,16327	0,34124
Ação preferencial nominal - A	20.3	0,17491	0,34890	0,16337	0,34105
Ação preferencial nominal - B	20.3	0,17506	0,34919	0,16308	0,34090
Ação preferencial nominal - C	20.3	0,17482	0,34880	0,16316	0,34131
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		2.209.074	2.209.074	2.209.074	2.209.074

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



		01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
	Nota				
Lucro líquido do período		386.398	770.813	360.680	753.824
Outros resultados abrangentes					
Resultados abrangentes (<i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego)		673	183	30.851	35.974
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego	16.2	(229)	(63)	(10.489)	(12.231)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Realização da reserva de reavaliação	20.2	1.837	3.760	2.149	4.302
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos		2.281	3.880	22.511	28.045
Total resultados abrangentes		388.679	774.693	383.191	781.869

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



Notas	Reservas de lucros									
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de Investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.624.459	34.092	26.676	(31.766)	326.866	1.903.361	11.230	1.093.583	-	4.988.501
Pagamento baseado em ações - <i>Stock option</i>	-	872	-	-	-	-	-	-	-	872
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>	-	709	-	-	-	-	-	-	-	709
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(4.302)	-	-	-	-	-	4.302	-
Dividendos adicionais de 2024	-	-	-	-	-	-	-	(1.093.583)	-	(1.093.583)
Resultado abrangente do período	-	-	-	35.974	-	-	-	-	-	35.974
Resultados de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	(12.231)	-	-	-	-	-	(12.231)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	753.824	753.824
Saldos em 30 de junho de 2025	1.624.459	35.673	22.374	(8.023)	326.866	1.903.361	11.230	-	758.126	4.674.066
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.633.607	37.215	18.088	(6.164)	326.866	2.257.860	911.573	-	-	5.179.045
Pagamento baseado em ações - <i>Stock option</i>	21.1	-	343	-	-	-	-	-	-	343
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>	21.3	-	1.463	-	-	-	-	-	-	1.463
Aumento de capital	20.1	145	-	-	(145)	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	20.2	-	-	(3.760)	-	-	-	-	3.760	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(700.000)	-	-	(700.000)
Resultado abrangente do período	-	-	-	183	-	-	-	-	-	183
Resultados de <i>hedge accounting</i>	27.4	-	-	(63)	-	-	-	-	-	(63)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	16.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	770.813	770.813
Saldos em 30 de junho de 2026	1.633.752	39.021	14.328	(6.044)	326.721	2.257.860	211.573	-	774.573	5.251.784

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)



	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	770.813	753.824
Ajustes para:		
Amortização	341.621	330.092
Baixa de intangível e ativo financeiro	24.606	20.126
Atualização do ativo financeiro	(318.444)	(209.036)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a v	578.287	210.013
Marcação a valor justo da dívida	(135.000)	68.520
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	148.863	120.753
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	973	1.245
Baixa de recebíveis incobráveis	13.375	12.428
Provisão e atualização de processos judiciais	20.462	14.430
Provisão e atualização de encargos setoriais	45.239	38.873
Provisão (reversão) para perdas de estoques	(2.179)	10.954
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	154.588	157.965
Valor justo das opções de compra	10.546	3.556
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	(396.499)	(28.764)
Rendimentos de aplicações financeiras	(122.316)	(151.205)
Imposto de renda e contribuição social correntes	63.855	91.693
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	93.134	65.889
Participação nos lucros	15.299	17.959
Plano de aposentadoria e pensão	1.403	1.002
Encargos com geração distribuída	-	(255.388)
Ajuste a valor presente	15.946	5.139
Subtotal	1.324.572	1.280.068
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(200.459)	(166.474)
Serviços pedidos	(7.560)	(28.139)
Depósitos judiciais	(8.895)	7.395
Subvenção CCC	(4.213)	(1.600)
Almoxarifado	(11.571)	(7.786)
Impostos e contribuições a recuperar	(28.407)	48.588
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(80.611)	(43.173)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	15.496	-
Outros créditos a receber	(17.493)	(182.800)
Fornecedores	(125.339)	(159.286)
Fornecedores risco sacado	(19.875)	61.567
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(65.034)	(45.032)
Impostos e contribuições a recolher	17.129	(105.701)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	48.995	20.512
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	5.916	6.806
Contribuição de iluminação pública	(3.140)	(72)
Participação nos lucros	(41.951)	(33.018)
Encargos setoriais	(22.402)	(33.411)
Pagamento de processos judiciais	(20.834)	(16.602)
Plano de aposentadoria e pensão	-	120
Outras contas a pagar	2.652	289.815
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(567.596)	(388.291)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56.282)	(25.040)
Juros recebidos de aplicações financeiras	86.829	23.176
Juros pagos	(368.567)	(307.268)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	418.956	582.645
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(1.035.016)	(1.268.736)
Resgates (aplicações) financeiras	299.282	541.151
Rendimento de aplicações financeiras	1.406	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(734.328)	(727.585)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(176.866)	(169.808)
Amortização de debêntures	-	(722.127)
Captação de debêntures	771.908	-
Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	(13.727)	(13.728)
Amortização do passivo de arrendamento	(2.666)	(2.625)
Dividendos pagos	(296.739)	(54)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	281.910	(908.342)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(33.462)	(1.053.282)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	807.202	1.318.174
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	773.740	264.892
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(33.462)	(1.053.282)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	6.579.896	5.729.629
Receitas de construção	1.502.754	1.575.963
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(148.863)	(120.753)
Outras receitas	-	642
Subtotal	7.933.787	7.185.481
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.850.856)	(3.553.849)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(312.462)	(310.916)
Subvenção CCC	(66.471)	(47.409)
Outras despesas	(109.927)	(68.722)
Subtotal	(4.339.716)	(3.980.896)
Valor adicionado bruto	3.594.071	3.204.585
Amortização	(341.621)	(334.726)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	3.252.450	2.869.859
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	653.477	552.616
Valor adicionado total a distribuir	3.905.927	3.422.475
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	76.121	64.585
Benefícios	21.584	18.617
FGTS	6.857	6.041
Subtotal	104.562	89.243
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.046.157	880.583
Estaduais	958.544	879.762
Municipais	493	631
Subtotal	2.005.194	1.760.976
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	897.390	692.187
Aluguéis	4.272	3.896
Encargos com partes relacionadas	3.259	3.309
Outros despesas financeiras	120.437	119.040
Subtotal	1.025.358	818.432
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	770.813	753.824
Subtotal	770.813	753.824
Valor adicionado	3.905.927	3.422.475

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.829 km²(*), atendendo, em 30 de junho de 2026, 3.116.517(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não revisada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 6 de maio de 2026, a Companhia celebrou o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998-ANEEL, prorrogando sua vigência por mais 30 (trinta) anos, com novo prazo final em 28 de julho de 2058. O aditivo promoveu a atualização das condições contratuais, contemplando aperfeiçoamentos relacionados à qualidade e continuidade da prestação do serviço público, governança corporativa, sustentabilidade econômico-financeira da concessão, alocação de riscos e atendimento aos indicadores regulatórios aplicáveis.

Como consequência da celebração do Sétimo Termo Aditivo, a Companhia reavaliou a natureza dos direitos econômicos associados à infraestrutura da concessão existentes na data da assinatura do aditivo. Com base nessa avaliação, concluiu que a recuperação dos investimentos então registrados como ativo financeiro ocorrerá por meio da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica ao longo do período adicional da concessão. Como consequência da celebração do Quinto Termo Aditivo, a Companhia reavaliou a natureza dos direitos econômicos associados à infraestrutura da concessão existentes na data da assinatura do aditivo. Nesse contexto, o ativo financeiro, que representava o direito contratual de receber indenização pelos investimentos ainda não amortizados ao término da concessão vigente, foi considerado a contrapartida econômica utilizada para a obtenção do direito de explorar a concessão pelo período adicional de 30 anos. Em razão da renúncia ao direito de indenização, a recuperação desses investimentos passará a ocorrer por meio da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica e da cobrança de tarifas aos usuários ao longo do período adicional da concessão. Dessa forma, diante da alteração da natureza do direito contratual, a Companhia promoveu, em maio de 2026, a reclassificação dos respectivos saldos do ativo financeiro para o ativo intangível, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.1 – Movimentação do ativo intangível.

A classificação dos direitos decorrentes da renovação da concessão como ativo intangível está fundamentada na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que estabelece que o direito do concessionário de cobrar os usuários pela prestação do serviço público deve ser reconhecido como ativo intangível. A partir da assinatura do Sétimo Termo Aditivo, os investimentos realizados pela Companhia continuam sendo avaliados de acordo com os critérios previstos na ICPC 01 (R1), podendo resultar no reconhecimento de ativos financeiros e/ou ativos intangíveis, conforme a natureza dos direitos contratuais associados a cada investimento.

Embora o Sétimo Termo Aditivo tenha sido formalizado em 6 de maio de 2026, o período adicional de exploração decorrente da prorrogação terá início apenas em 28 de julho de 2028. Dessa forma, os benefícios econômicos associados ao prazo adicional de 30 anos da concessão somente passarão a ser consumidos a partir dessa data.

Consequentemente, a Companhia concluiu que a amortização do ativo intangível decorrente da renovação da concessão deve ter início em 28 de julho de 2028, data em que o referido direito estará disponível para uso, em conformidade com a ICPC 01 (R1), com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e com as disposições contratuais previstas no Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 182/1998-ANEEL.

Adicionalmente, o processo tarifário com efeitos a partir de 07 de agosto de 2026 será conduzido com base nas disposições do contrato de concessão prorrogado, observando as regras, parâmetros e mecanismos tarifários estabelecidos no novo modelo contratual aplicável às distribuidoras de energia elétrica.

1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em leilão promovido pela ANEEL em abril de 2016 (Leilão nº 02/2016-ANEEL), o Consórcio Energia do Pará (CEPA), formado por empresas privadas e sem participação societária da Distribuidora, foi o vencedor para a prestação dos serviços de geração de energia elétrica nos sistemas isolados do Estado do Pará. Como consequência, a partir de fevereiro de 2017, o CEPA passou a operar as 23 Usinas Termelétricas (UTES) localizadas nos municípios ainda não interligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), substituindo o modelo anteriormente previsto no Contrato nº 181/1998.

Nesse novo arranjo operacional, a Companhia manteve suas atividades de distribuição de energia elétrica aos consumidores localizados nesses municípios, enquanto o CEPA passou a ser responsável pela geração da energia. Adicionalmente, permanecem aplicáveis os mecanismos regulatórios de reembolso dos custos de geração e suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados, atualmente disciplinados pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.016/2022. Esses custos são reembolsados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Este mecanismo que tem por objetivo compatibilizar o custo de atendimento dos Sistemas Isolados com o custo médio de suprimento do Sistema Interligado Nacional (SIN), mitigando o sobrecusto da geração isolada e evitando impactos tarifários relevantes para a concessão.

Os contratos decorrentes do Leilão nº 02/2016-ANEEL possuíam prazo originalmente previsto de cinco anos, prorrogável por até doze meses. Contudo, em função dos cronogramas de interligação dessas localidades ao SIN previstos nas Resoluções Autorizativas ANEEL nº 9.536/2020 e nº 10.986/2021, o MME autorizou, através das Portarias 341/2020 e 791/2024, o aditamento do contrato até dezembro de 2027 para a última usina, prorrogável por 120 dias.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos se iniciam em 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que altera a Lei Complementar nº 214/2025 e dispõe sobre a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº

12.955/2026, que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei, permanecendo exigível o cumprimento das obrigações acessórias e ficando dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes adimplentes com tais obrigações. A contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins permanecem integralmente exigíveis, e eventual recolhimento de IBS e CBS seria compensável ou ressarcível nos termos do art. 348, incisos I e II, da Lei Complementar nº 214/2025, de modo que o período de teste não representa ônus tributário adicional.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC nº 1/2026, de caráter não vinculante, que não adota posição prescritiva quanto ao reconhecimento contábil no período de teste, atribuindo a decisão ao julgamento profissional. No exercício desse julgamento, a Administração avaliou a conformidade da Companhia com as obrigações acessórias e concluiu não se configurar obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econômicos, nos termos dos itens 4.43, alínea "b", e 4.45 da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)). Consequentemente, até 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos passivos tributários de IBS e CBS nem os correspondentes créditos das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias configuraria obrigação de natureza contingente, cuja saída de recursos não é considerada provável e que, portanto, não é objeto de reconhecimento, conforme CPC 25 / IAS 37 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A conclusão poderá ser revisada caso ocorram alterações legislativas, regulamentares ou interpretativas que modifiquem a avaliação atualmente adotada.

A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação, avaliando os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas.

Quando a cobrança se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Atualmente, o ICMS, o PIS/Pasep e a Cofins integram a receita bruta e são apresentados como deduções até a receita líquida. O IBS e a CBS, por serem destacados do valor da operação e não representarem benefício econômico que permaneçam com a Companhia, não integrarão a receita em nenhuma linha da demonstração do resultado, conforme o CPC 47 / IFRS 15 — Receita de Contrato com Cliente. A receita passará a ser apresentada líquida desses tributos, com reflexos na comparabilidade entre exercícios, em razão da mudança estrutural da base de apresentação das operações.

Na data-base destas informações trimestrais, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da. Os impactos atualmente identificados referem-se, principalmente, às divulgações requeridas acerca dos efeitos esperados da implementação do novo modelo tributário e, quando da efetiva cobrança da CBS e do IBS, à forma de apresentação da receita na demonstração do resultado, o que poderá afetar a comparabilidade das informações entre os períodos.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas adotadas no Brasil) e devem ser

lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2026.

3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis a essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.1.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, resumidas no quadro abaixo, e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias, não tendo sido necessário alterar suas políticas contábeis nem realizar ajustes retrospectivos em decorrência de sua adoção.

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos contábeis
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (derecognition) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (power purchase agreements — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de “uso próprio” (own-use), permite a designação desses contratos como instrumentos de hedge em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	01/01/2026	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	01/01/2026	Sem impactos relevantes.

3.1.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Avaliação de possíveis impactos
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias — operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas —, das quais as três primeiras são novas, e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. A norma substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.	A Companhia está avaliando os impactos da norma, que se concentram na forma de apresentação e divulgação, sem afetar o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Estão em revisão: (i) o mapeamento do plano de contas às cinco categorias e a reclassificação de receitas e despesas; (ii) a definição e a reconciliação das medidas de desempenho da Administração; (iii) os ajustes na demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto; e (iv) a preparação dos dados comparativos de 2026. A adoção da norma não deverá gerar ajustes nos saldos patrimoniais, sendo identificada a necessidade de reclassificação e reapresentação das informações comparativas dos relatórios citados na descrição da norma.
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	38.612	46.452
Equivalentes de caixa		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB (a)	735.128	760.750
Subtotal de equivalentes de caixa	735.128	760.750
Total	773.740	807.202

(a) Vide item (a) da nota de nº 5 Aplicações financeiras.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no período findo em 30 de junho de 2026, equivale a 101,30% do CDI (100,15% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimento (a)	670.197	1.025.638
Cotas de fundos de investimento FIDC	189.894	88.514
Fundo aberto	756.340	764.706
Recursos vinculados	44.516	44.311
Total circulante	1.660.947	1.923.169
Não circulante		
Recursos vinculados	20.206	23.185
Total	1.681.153	1.946.354

(a) A redução em nas cotas de Fundos de investimento decorre do pagamento de dívidas no período, bem como da realocação de recursos entre fundos de investimento e Certificados de Depósito Bancário (CDB), em adequação aos critérios estratégicos de aplicação do Grupo.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no período findo em 30 de junho de 2026 equivale a 101,09% do CDI (101,65% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/06/2026				31/12/2025			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	211.663	291.536	806.060	1.309.259	257.475	284.659	762.919	1.305.053
Industrial	72.215	7.512	31.217	110.944	73.042	7.716	29.197	109.955
Comercial	121.602	39.543	97.992	259.137	130.052	39.099	93.619	262.770
Rural	26.251	34.172	267.872	328.295	26.819	39.035	241.614	307.468
Poder público	94.276	25.237	38.542	158.055	77.133	26.155	32.144	135.432
Iluminação pública	4.044	431	8.623	13.098	4.506	1.812	7.716	14.034
Serviço público	17.970	13.854	141.487	173.311	23.778	32.034	94.955	150.767
Contas a receber de consumidores faturados	548.021	412.285	1.391.793	2.352.099	592.805	430.510	1.262.164	2.285.479
Residencial	283.899	24.876	370.882	679.657	289.282	24.670	388.034	701.986
Industrial	10.479	981	13.367	24.827	9.692	847	13.507	24.046
Comercial	25.281	2.682	37.593	65.556	25.352	2.139	40.557	68.048
Rural	28.676	2.819	30.914	62.409	27.570	2.838	30.967	61.375
Poder público	71.118	2.026	5.285	78.429	68.782	2.284	7.318	78.384
Iluminação pública	15.028	235	623	15.886	13.960	133	534	14.627
Serviço público	54.121	13.621	64.342	132.084	82.206	13.501	41.876	137.583
Parcelamentos (a)	488.602	47.240	523.006	1.058.848	516.844	46.412	522.793	1.086.049
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	282.128	-	-	282.128	266.514	-	-	266.514
Baixa renda (c)	152.784	-	-	152.784	114.057	-	-	114.057
Outras (d)	142.821	-	-	142.821	134.658	-	-	134.658
Subtotal	1.614.356	459.525	1.914.799	3.988.680	1.624.878	476.922	1.784.957	3.886.757
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(159.334)	(82.054)	(1.226.005)	(1.467.393)	(160.885)	(85.254)	(1.151.381)	(1.397.520)
Total	1.455.022	377.471	688.794	2.521.287	1.463.993	391.668	633.576	2.489.237
Circulante				2.309.965				2.272.072
Não circulante				211.322				217.165

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, cujo saldo acumulado totaliza R\$ 12.999 em 30 de junho de 2026 (R\$ 7.460 em 31 de dezembro de 2025), a variação desse saldo no período, no montante líquido de R\$ 5.539, representa o efeito reconhecido no resultado financeiro, conforme nota explicativa nº 26 – Resultado Financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos, é após o período de encerramento contábil;
- (c) A variação na rubrica de Baixa Renda decorre do envio dos valores complementares referentes às competências de novembro/2025 a março/2026. Como esses valores ainda não foram homologados pela ANEEL, permanecem registrados em aberto no Contas a Receber das empresas, aguardando a definição da Agência. No período comparativo, permaneciam em aberto apenas as estimativas de Direcionamento para Envio de Faturas Retroativas (DMR) encaminhadas pela área referentes às competências de novembro e dezembro/2025. Atualmente, além das estimativas de DMR das competências de maio e junho/2026, também permanecem em aberto os valores complementares mencionados; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros de mora, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões /Reversões (a)	Baixas	30/06/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(799.942)	(107.905)	39.314	(868.533)
Parcelamentos	(541.828)	(34.928)	36.785	(539.971)
Contas a receber de consumidores não faturados	(10.074)	(252)	-	(10.326)
Outras (b)	(45.676)	(6.410)	3.523	(48.563)
Total	(1.397.520)	(149.495)	79.622	(1.467.393)

- (a) A movimentação líquida do período, gerou um complemento de provisão, no montante de R\$ 149.495, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 148.522 e R\$ 973, respectivamente, conforme notas explicativas nº 23 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 26 – Resultado Financeiro. A Companhia revisou e atualizou a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem reapresentação de períodos anteriores; e
- (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	30/06/2026
Parcela A						
CDE – Conta de desenvolvimento energético (a)	6.277	57.610	26.139	4.582	-	94.608
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	9.016	(6.602)	(7.589)	125	-	(5.050)
Rede básica	64.649	32.017	(21.160)	4.312	-	79.818
Compra de energia CVA (c)	138.099	265.409	(23.085)	15.383	-	395.806
ESS – Encargos do serviço do sistema	(5.977)	15.421	(9.242)	(592)	-	(390)
Subtotal	212.064	363.855	(34.937)	23.810	-	564.792
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (d)	(692)	30.032	(4.261)	814	-	25.893
Neutralidade	(47.440)	(5.493)	12.150	(1.958)	-	(42.741)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(221.984)	(24.617)	7.292	(13.909)	-	(253.218)
Risco hidrológico	(137.608)	-	(324)	(861)	-	(138.793)
Compensação créditos PIS/COFINS	472	-	(388)	-	-	84
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(5.190)	-	4.065	(219)	(5.682)	(7.026)
Outros (e)	(16.302)	8.824	34.182	(1.558)	(234)	24.912
Subtotal	(428.744)	8.746	52.716	(17.691)	(5.916)	(390.889)
Total	(216.680)	372.601	17.779	6.119	(5.916)	173.903
Circulante						
Valores a receber	-					106.455
Valores a devolver	(100.644)					-
Efeito líquido passivo	(100.644)					106.455
Não circulante						
Valores a receber	-					67.448
Valores a devolver	(116.036)					-
Efeito líquido passivo	(116.036)					67.448
Efeito líquido total	(216.680)					173.903

- (a) A conta de CDE foi impactada no período de 2026 principalmente pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025 ser maior que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, no valor de constituição de R\$ 57.610;
- (b) A conta de PROINFA foi impactada no período de 2026 principalmente pelos custos com a quota mensal, de acordo com a REH nº 3.558 de 09 de dezembro de 2025 ser menor que a cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, gerando uma constituição negativa de R\$ 6.602;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 251.178; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 13.067; e (iii) o efeito positivo de R\$ 27.298 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de maio e junho não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 265.409;
- (d) A constituição ativa (positiva) de R\$ 30.032 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia das distribuidoras; e
- (e) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações da Quitação da Conta Covid, pela Neutralidade COVID, pelos saldos financeiros de Garantia Financeira, CUSD, além de encargos financeiros relacionados.

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e atualizando a Parcela B pelo IGPM deduzindo do Fator X. As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.507, de 05 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, vigente de 7 de agosto de 2025 a 6 de agosto de 2026.

Além dos efeitos acima descritos no período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.596 (R\$ 237.697 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 118 (R\$ 171.540 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 3.478 (R\$ 66.157 em 31 de dezembro de 2025) recebido via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber de clientes					
Associação para Assinatura de Energia	(a)	219	1.260	217	1.271
Total		219	1.260	217	1.271
Outras contas a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3.968	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1.461	-	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	300	-	57	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	-	-	3	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	337	-	204	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	46	-	1.221	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	-	-	-	4
Total		6.112	-	1.485	4
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	4.737	8.667	6.378	5.580
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	1.755	3.348	703	2.953
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	2.675	4.830	977	3.417
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	2.356	4.310	818	4.017
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	663	1.602	228	1.294
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	7.249	11.866	3.155	12.184
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	-	-	39
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	-	-	37
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	-	-	57
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	-	-	134
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	-	-	43
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	-	-	48
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	-	-	76
Total		19.435	34.623	12.259	29.879
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(242)	-	(281)	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(811)	-	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(2.822)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(g)	(3.127)	-	(1.786)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(g)	(355)	-	(52)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(3.801)	-	(233)	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(h)	(1.148)	(4.866)	(1.511)	(1.047)
Equatorial Serviços S.A.	(i)	(4.690)	(17.971)	(13.852)	(27.244)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(j)	-	-	-	(21)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial	(k)	(1.471)	-	(231)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(886)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(791)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(1.156)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(2.075)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(951)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(1.192)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(l)	-	-	-	(13.649)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	(1)	-	-	-
Total		(18.468)	(22.837)	(17.946)	(49.012)

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



		30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
			Efeito no resultado receita (despesa)		Efeito no resultado receita (despesa)
	Notas	Ativo (passivo)		Ativo (passivo)	
Outras contas a pagar – bens materiais					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(23.015)	(41.896)	(13.044)	(26.803)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(2.818)	(5.100)	(962)	(3.964)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(1.855)	(3.724)	(881)	(3.380)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	(273)	(645)	(139)	(1.091)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	(2.149)	(4.505)	(748)	(3.458)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(5.160)	(10.038)	(2.098)	(9.248)
Instituto Equatorial	(e)	-	(5.535)	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(3)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(27)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(5)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(765)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(4)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(4)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	-	-	(6)
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(m)	-	-	-	(7.464)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	(n)	-	-	-	(2.109)
Total		(35.270)	(71.443)	(17.872)	(58.331)
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Controladora indireta					
Equatorial S.A.	(o)	(143.487)	(6.147)	(138.663)	(1.154)
Outros tipos de partes relacionadas					
AXIA Energia S.A.	(p)	(680.616)	(28.195)	(652.421)	(26.910)
Total		(824.103)	(34.342)	(791.084)	(28.064)
Dividendos a pagar					
	(q)				
Controladora direta					
Equatorial Energia Distribuição S.A.		(675.494)	-	(286.846)	-
Outros tipos de partes relacionadas					
AXIA Energia S.A.		(9.869)	-	(2.942)	-
Outros (minoritários)		(17.149)	-	(9.463)	-
Total		(702.512)	-	(299.251)	-
		30/06/2026		31/12/2025	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(r)	5	(5)	5	(5)
Total		5	(5)	5	(5)

- (a) Valores provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (b) Os valores entre *intercompany* são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) O saldo é referente ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador;
- (d) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022-SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 42.051 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (e) Refere-se ao reconhecimento de despesas com doações concedidas a parte relacionada, sem expectativa de contraprestação, registradas no resultado do período;
- (f) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (g) Os valores referentes às transações *intercompany* são provenientes de compra de bens materiais;
- (h) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (i) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;

- (j) Os valores são provenientes da compra de material para custeio;
- (k) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa.
- (l) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a junho de 2025 dos serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (m) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a companhia (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (n) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (o) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, no valor de R\$ 139.049. O valor original da transação na data da compra, em 1º de dezembro de 2014, desses créditos era de R\$ 84.396;
- (p) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. As obrigações, no entanto, só se encerram com seu cumprimento integral. A AXIA Energia, é detentora de créditos homologados originalmente no valor de R\$ 423.463. Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 18 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial. O saldo a pagar em 30 de junho de 2026 é de R\$ 666.374 (R\$ 652.421 em 31 de dezembro de 2025);
- (q) Em 29 de abril de 2026 conforme a ata da Assembleia Geral Ordinária, houve a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 297.252, oriundos de dividendos mínimos obrigatórios, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.5 - Dividendos a pagar das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, em 30 de junho de 2026 já foram liquidados R\$ 296.739 conforme Demonstração do Fluxo de Caixa. Em 18 de junho de 2026 conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração houve aprovação de distribuição de dividendos no montante de R\$ 700.000 a título de dividendos intermediários oriundos da Reserva de Investimentos; e
- (r) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, e prorrogado conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração global dos administradores foi fixada em até R\$ 27.045, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2026 (R\$ 32.400, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 29 de abril de 2025).

Os Diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 27 – Benefício pós-emprego das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21 – Planos de incentivos de longo prazo.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Remuneração fixa anual	1.366	2.732	1.379	3.227
Salário ou Pró-labore	1.237	2.470	1.240	2.942
Benefícios diretos e indiretos	129	262	139	285
Remuneração variável	6.359	6.359	6.360	8.883
Benefícios pós emprego	77	156	34	68
Remuneração baseada em ações	1.213	2.679	1.161	1.839
Valor total	9.015	11.926	8.934	14.017

8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia podem contar com aval e/ou fiança do controlador, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

9 Outras contas a receber

9.1 Composição dos saldos

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	188.680	99.807
Neutralidade PIS/COFINS	13.965	-
Subvenção descontos tarifários (b)	244.214	331.884
Uso mútuo de poste	3.680	3.925
(-) PECLD	(7.996)	(4.788)
Partes relacionadas	25.547	13.744
Reinvestimento SUDAM	185.209	156.421
Outras contas a receber	12.613	46.721
Total circulante	665.912	647.714
Não circulante		
Outras contas a receber	3.318	4.364
Total não circulante	3.318	4.364
Total	669.230	652.078

- (a) A variação decorre de adiantamentos realizados a fornecedores no curso normal das operações, conforme condições contratuais, para viabilizar a execução dos contratos; e
- (b) Os valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 3.507, de 05 de agosto de 2025;

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência - Ativos de contrato	Baixas	Reclassificação (a)	30/06/2026
Ativo financeiro	13.280.965	549.658	590.057	(14.205)	(14.105.402)	301.073
Obrigações especiais	(4.403.795)	(231.214)	(211.441)	-	4.846.450	-
Total	8.877.170	318.444	378.616	(14.205)	(9.258.952)	301.073

- (a) Em decorrência da renovação da concessão descrita na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia promoveu a reclassificação de R\$ 14.105.402 do ativo financeiro da concessão e de R\$ 4.846.450 de obrigações especiais para a rubrica de ativo intangível, totalizando efeito líquido de R\$ 9.258.952. A movimentação representa exclusivamente reclassificação entre rubricas patrimoniais, sem impacto no resultado ou no fluxo de caixa do período. Os efeitos da reclassificação no ativo intangível estão apresentados na Nota Explicativa nº 11.1.a.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

30/06/2026				
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço 5,45%	23.135.938	(6.130.473)	(5.821.786)	11.183.679
Total	23.135.938	(6.130.473)	(5.821.786)	11.183.679

31/12/2025				
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço 5,45%	8.069.381	(5.724.261)	(922.643)	1.422.477
Total	8.069.381	(5.724.261)	(922.643)	1.422.477

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2058, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

11.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	Reclassificações (a)	30/06/2026
Em serviço	8.069.381	-	(108.586)	1.069.741	14.105.402	23.135.938
(-) Amortização	(5.724.261)	(504.397)	98.185	-	-	(6.130.473)
Total em serviço	2.345.120	(504.397)	(10.401)	1.069.741	14.105.402	17.005.465
Obrigações especiais em serviço	(2.643.985)	-	-	(218.765)	(4.846.450)	(7.709.200)
(-) Amortização	1.721.342	166.072	-	-	-	1.887.414
Total em obrigações especiais	(922.643)	166.072	-	(218.765)	(4.846.450)	(5.821.786)
Total	1.422.477	(338.325)	(10.401)	850.976	9.258.952	11.183.679

- (a) Ver informações no item (a) da nota explicativa nº 10 - Ativo financeiro da concessão.

A Companhia avaliou e concluiu não haver indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		30/06/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	2.975.204	1.502.754	(1.069.741)	(590.057)	2.818.160
Obrigações especiais	(2.061.231)	(325.146)	218.765	211.441	(1.956.171)
Total	913.973	1.177.608	(850.976)	(378.616)	861.989

- (a) O montante de R\$ 1.177.608 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no período. Deste total, R\$ 1.035.016 impactou o caixa da Companhia, menos o montante de R\$ 2.179 refere-se a reversão para perda de estoques e obras líquidas, conforme nota explicativa nº 25 – Outras despesas operacionais, líquidas e, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações não envolvendo caixa, R\$ 33.990 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 69.500 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 36.923 trata-se de capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/ CPC 20(R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos Ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

13 Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Suprimento de energia elétrica (a)	433.441	517.478
Encargos de uso da rede elétrica	132.405	121.426
Materiais e serviços	435.774	454.587
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	18.468	17.946
Total	1.020.088	1.111.437

- (a) O saldo em 30 de junho de 2026 apresentou uma redução de R\$ 84.037 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 86.837 nas despesas do Mercado de Curto Prazo; e (ii) aumento de R\$ 2.800 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 53 dias (52 dias em 31 de dezembro de 2025).

13.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas através de uma plataforma 100% digital que também é acessada pelo fornecedor para selecionar as faturas que deseja antecipar, e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 182.612 (R\$ 202.487 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade ele recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 616.581 em 30 de junho de 2026 (R\$ 507.898 em 30 de junho de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos em 30 de junho de 2026 é de 53 (54 dias em 31 de dezembro de 2025).

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

		30/06/2026		
	Custo da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,09%	8.719	258.475	267.194
Total moeda estrangeira		8.719	258.475	267.194
Moeda nacional				
Pré-fixado	6,00%	7.637	5.066	12.703
IPCA	4,11% até 4,81%	356.426	1.566.133	1.922.559
Subtotal		364.063	1.571.199	1.935.262
(-) Custo de transação		(529)	(4.842)	(5.371)
Total moeda nacional		363.534	1.566.357	1.929.891
Total		372.253	1.824.832	2.197.085

		31/12/2025		
	Custo da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira				
CDI	1,09%	977	278.695	279.672
Total moeda estrangeira		977	278.695	279.672
Moeda nacional				
Pré-fixado	6,00%	7.654	8.862	16.516
IPCA	4,11% até 4,81%	345.278	1.686.441	2.031.719
Subtotal		352.932	1.695.303	2.048.235
(-) Custo de transação		(529)	(5.107)	(5.636)
Total moeda nacional		352.403	1.690.196	2.042.599
Total		353.380	1.968.891	2.322.271

14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	352.403	1.690.196	977	278.695	2.322.271
Encargos (a)	40.875	-	7.742	-	48.617
Varição monetária e cambial	11.274	52.860	-	(20.220)	43.914
Transferências	176.699	(176.699)	-	-	-
Amortizações de principal	(176.866)	-	-	-	(176.866)
Pagamentos de juros	(41.116)	-	-	-	(41.116)
Custo de transação (b)	265	-	-	-	265
Saldos em 30 de junho de 2026	363.534	1.566.357	8.719	258.475	2.197.085

- (a) O montante de R\$ 48.617 refere-se a encargos reconhecidos no período, onde R\$ 11.694 impactou o resultado financeiro da Companhia e R\$ 36.923 refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato; e
- (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2026, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	372.253	17%
2027	437.148	20%
2028	188.783	9%
2029	102.446	5%
2030	102.446	5%
Após 2030	998.851	44%
Subtotal	1.829.674	83%
(-) Custo de transação (não circulante)	(4.842)	0%
Não circulante	1.824.832	83%
Total	2.197.085	100%

14.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Bank of America
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,9

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos financeiros junto ao BNDES sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

15 Debêntures

15.1 Composição dos saldos

		30/06/2026		
		Principal e encargos		
	Custo da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,79% até 0,95%	168.842	6.627.243	6.796.085
Subtotal		168.842	6.627.243	6.796.085
(-) Custo de transação		(14.101)	(110.972)	(125.073)
Total moeda nacional		154.741	6.516.271	6.671.012
Total		154.741	6.516.271	6.671.012

		31/12/2025		
		Principal e encargos		
	Custo da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional				
CDI	-0,03% até 0,95%.	147.301	5.830.016	5.977.317
Subtotal		147.301	5.830.016	5.977.317
(-) Custo de transação		(11.531)	(91.907)	(103.438)
Total moeda nacional		135.770	5.738.109	5.873.879
Total		135.770	5.738.109	5.873.879

15.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	135.770	5.738.109	5.873.879
Ingressos	-	800.000	800.000
Encargos	340.675	-	340.675
Transferências	(9.026)	9.026	-
Pagamento de juros	(319.135)	-	(319.135)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	-	132.228	132.228
Marcação a valor justo da dívida	-	(135.000)	(135.000)
Custo de transação (a)	6.457	(28.092)	(21.635)
Saldos em 30 de junho de 2026	154.741	6.516.271	6.671.012

(a) Refere-se movimentação de custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	154.741	2%
2028	333.333	5%
2029	633.333	9%
2030	633.334	9%
Após 2030	5.027.243	76%
Subtotal	6.627.243	99%
(-) Custo de transação (não circulante)	(110.972)	-1%
Não circulante	6.516.271	98%
Total	6.671.012	100%

15.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	59.781	59.908
PECLD	501.821	477.998
Receita – CPC 47 / IFRS 15	1.998	2.028
Variação <i>swap</i>	91.428	39.584
Outras despesas não dedutíveis	6.631	6.633
Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16	678	747
Provisão para participação nos lucros	4.143	11.781
Provisão para pagamento baseado em ações	18.729	15.841
Provisão atuarial	21.264	20.640
Provisão para perda de estoque	20.673	21.414
Subtotal	727.146	656.574
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(173.765)	(180.347)
Instrumentos financeiros	(528.162)	(511.497)
Atualização do ativo financeiro VNR	(804.345)	(696.074)
Variação cambial	(17.503)	(10.628)
Marcação a mercado – Valor Justo	(54.463)	(8.564)
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(4.881)	(6.818)
Ajuste a valor presente	(47.727)	(53.149)
Total	(1.630.846)	(1.467.077)
Total	(903.700)	(810.503)

16.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Resultado abrangente	30/06/2026	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
				Valor líquido		
Provisão para riscos judiciais	59.908	(127)	-	59.781	59.781	-
PECLD	477.998	23.823	-	501.821	501.821	-
Instrumentos financeiros – CPC 48/ IFRS 09	(511.497)	(16.665)	-	(528.162)	-	(528.162)
Ajuste a valor presente	(53.149)	5.422	-	(47.727)	-	(47.727)
Valor novo de reposição – VNR	(696.074)	(108.271)	-	(804.345)	-	(804.345)
Receitas/Custos– CPC 47/IFRS 15	2.028	(30)	-	1.998	1.998	-
Arrendamentos – IFRS 16/CPC 06	747	(69)	-	678	678	-
Depreciação acelerada	(180.347)	6.582	-	(173.765)	-	(173.765)
Variação <i>swap</i>	39.584	51.907	(63)	91.428	91.428	-
Marcação a valor justo	(8.564)	(45.899)	-	(54.463)	-	(54.463)
Variação Cambial	(10.628)	(6.875)	-	(17.503)	-	(17.503)
Provisão para participação nos lucros	11.781	(7.638)	-	4.143	4.143	-
Provisão para pagamento baseado em ações	15.841	2.888	-	18.729	18.729	-
Provisão atuariais	20.640	624	-	21.264	21.264	-
Provisão para perda de estoque	21.414	(741)	-	20.673	20.673	-
Outras despesas não dedutíveis	6.633	(2)	-	6.631	6.631	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(6.818)	1.937	-	(4.881)	-	(4.881)
Total	(810.503)	(93.134)	(63)	(903.700)	727.146	(1.630.846)

16.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) reconhecida em resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	470.248	470.248	927.802	927.802	424.953	424.953	911.406	911.406
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(117.562)	(42.321)	(231.951)	(83.502)	(106.238)	(38.246)	(227.852)	(82.027)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Outras (adições) exclusões permanentes	(109)	47	(879)	106	674	340	364	434
Incentivo PAT	1.209	-	2.391	-	811	-	1.310	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	12	-	15	-	25	-	28	-
IRPJ Subvenção Governamental	74.874	-	156.831	-	81.216	-	153.015	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	-	-	-	-	(2.563)	(292)	(2.562)	(292)
IRPJ e CSLL correntes/diferidos no resultado	(41.576)	(42.274)	(73.593)	(83.396)	(26.075)	(38.198)	(75.697)	(81.885)
Alíquota efetiva	9%	9%	8%	9%	6%	9%	8%	9%
Imposto corrente	(6.268)	(28.370)	(6.768)	(57.087)	(26.415)	(37.134)	(28.998)	(62.695)
Imposto diferido	(35.308)	(13.904)	(66.825)	(26.309)	340	(1.064)	(46.699)	(19.190)

17 Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis (a)	91.322	109.234	92.635	98.786
Fiscais	25.845	25.689	25.862	25.684
Trabalhistas	33.468	17.950	32.510	19.508
Total	150.635	152.873	151.007	143.978
Circulante	10.339	341	10.063	5.497
Não circulante	140.296	152.532	140.944	138.481

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.298 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

17.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2025			30/06/2026		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	92.635	14.371	(19.556)	(3.645)	7.517	91.322
Fiscais	25.862	-	-	(8)	(9)	25.845
Trabalhistas	32.510	4.507	(1.278)	(3.317)	1.046	33.468
Total	151.007	18.878	(20.834)	(6.970)	8.554	150.635

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no período; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. Nessa movimentação também estão as reversões de atualização de processos extintos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e assessores jurídicos.

No período findo em 30 de junho de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	556.647	529.213
Fiscais	17.766	21
Trabalhistas	103.944	105.172
Total	678.357	634.406

18 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017, a Companhia firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

18.1 Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Outras concessionárias	7.802	5.695
Credores financeiros (a)	33.169	27.821
Partes relacionadas	163.115	122.175
Total circulante	204.086	155.691
Não circulante		
Outras concessionárias	81.746	83.854
Credores financeiros (a)	299.986	308.158
Partes relacionadas	771.498	786.683
(-) Ajuste a valor presente (b)	(153.371)	(163.778)
Total não circulante	999.859	1.014.917
Total	1.203.945	1.170.608

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 30 de junho de 2026, o saldo é composto por: R\$ 30.383 de empréstimos e financiamentos, R\$ 12.478 de outras concessionárias e R\$ 110.510 de partes relacionadas (R\$ 32.770 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.234 de outras concessionárias e R\$ 117.774 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025).

18.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

	30/06/2026	
Vencimento	Valor	
Circulante	204.086	17%
2027	28.685	2%
2028	92.321	8%
2029	57.370	5%
2030	57.370	5%
Após 2030	917.484	76%
Subtotal	1.153.230	96%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(153.371)	-13%
Não circulante	999.859	83%
Total	1.203.945	100%

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2025	Juros e encargos	Variação monetária	Amortização	Juros pagos	AVP (a)	Saldo em 30/06/2026
Outras concessionárias	76.315	2.494	-	-	(2.495)	756	77.070
Partes relacionadas - nota explicativa nº 8	791.084	23.173	3.905	(567)	(756)	7.264	824.103
Credores financeiros	303.209	2.847	10.282	(13.160)	(2.793)	2.387	302.772
Total	1.170.608	28.514	14.187	(13.727)	(6.044)	10.407	1.203.945

(a) Ver item (d) da nota de nº26 Resultado Financeiro.

19 Outras contas a pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Devoluções a consumidores (a)	32.658	33.107
Convênios de arrecadação	173.738	167.537
Encargos tarifários	11.834	11.210
Créditos de geração distribuída (b)	106.773	119.604
Cauções	89.604	71.213
Neutralidade PIS/COFINS	-	22.480
Partes relacionadas - nota explicativa nº8	35.270	17.872
Outras contas a pagar	48.480	48.459
Total circulante	498.357	491.482
Parcelamento - ANEEL	54.764	51.257
Phantom - liquidação caixa	17.971	15.527
Outras contas a pagar (c)	12.853	14.287
Total não circulante	85.588	81.071
Totais	583.945	572.553

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado;
- (b) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei nº 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 24 - Custos com Energia Elétrica; e
- (c) Refere-se, principalmente, a reclassificação de parcelamento REFIS.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no período findo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 1.633.752 (R\$ 1.633.607 em 31 de dezembro de 2025) representado por 2.209.074.007 ações, escriturais e sem valor nominal, e o capital autorizado é de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 em 31 de dezembro de 2025), e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
AXIA Energia S.A.	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
Total (a)	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o período findo em 30 de junho de 2026.

O aumento de capital de R\$ 145, foi realizado sem emissão de novas ações, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva Legal, nos termos do § 1º do artigo 169 da Lei das S.A, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2026.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos ou restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

20.2 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A movimentação da reserva de reavaliação está conforme demonstrada a seguir:

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	31/12/2025	Quota de reavaliação	Amortização	30/06/2026
Reserva de reavaliação	20.506	(5.697)	-	14.809
Encargo tributário	(2.418)	-	1.937	(481)
Total	18.088	(5.697)	1.937	14.328

20.3 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a Companhia não possuía categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

	30/06/2026				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido do período	769.259	756	379	419	770.813
Denominador					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,34893	0,34890	0,34919	0,34880	0,34893

	30/06/2025				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Lucro líquido do período	752.305	739	370	410	753.824
Denominador					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	0,34124	0,34105	0,34090	0,34131	0,34124

21 Planos de incentivos de longo prazo

A Equatorial S.A. instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

21.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de período	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	547.000	-	793.100	-
Encerrados ao fim do período/exercício	(47.000)	-	(246.100)	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	85.000	22,12	132.000	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	15.000	22,64	15.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	400.000	25,34	400.000	25,73
Total existentes ao fim do período/ exercício	500.000	-	547.000	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2026 era de 4,50 anos (4,14 anos, em 31 de dezembro de 2025). Não houve novas outorgas durante o período/ exercício encerrado em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período/ exercício findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/06/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,48	12,00
	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Rendimento de dividendos (%)	30,87	31,45
Volatilidade esperada (%)		
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	12,23	10,85
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,50	4,14
Média ponderada do preço das ações (R\$)	26,76	30,93
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026, de R\$ 343 (de R\$ 872 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

21.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2023, 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	606.706	38,41	633.423	31,60
Outorgadas durante o período/exercício	255.528	-	333.284	-
Cancelamento/transferência (a)	(18.703)	-	(240.001)	-
Pagamentos	(100.000)	-	(120.000)	-
Existentes ao fim do período/exercício	743.531	38,41	606.706	38,41

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida uma despesa de R\$ 8.740 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 1.975 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

21.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro *tranches* iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	195.707	31,65	111.340	31,12
Outorgadas durante o período/exercício	89.833	40,44	94.975	32,22
Cancelamentos durante o período/exercício	(10.784)	-	(10.608)	-
Existentes ao fim do período/exercício 1º Plano	100.732	31,12	100.732	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2º Plano	84.191	32,22	94.975	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3º Plano	89.833	40,44	-	-
Existentes ao fim do período/ exercício	274.756	31,65	195.707	31,65

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 1.463 (R\$ 709 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita de distribuição	2.547.110	4.568.614	2.198.311	4.061.553
Remuneração financeira WACC (a)	6.426	230.123	234.144	461.239
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	330.870	390.380	30.124	45.625
Subvenção CDE – Outros	249.567	486.727	229.956	435.676
Fornecimento de energia elétrica	3.133.973	5.675.844	2.692.535	5.004.093
Suprimento de energia elétrica (c)	(38.843)	27.449	49.976	70.077
Receita pela disponibilidade – uso da rede (d)	193.193	405.386	171.733	320.774
Receita de construção	716.053	1.502.754	856.164	1.575.963
Atualização do ativo financeiro (e)	140.202	318.444	57.082	209.036
Outras receitas	64.925	152.773	61.981	125.649
Receita operacional bruta	4.209.503	8.082.650	3.889.471	7.305.592
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(504.482)	(958.544)	(467.931)	(879.762)
PIS e COFINS	(236.985)	(416.948)	(246.148)	(395.777)
Encargos do consumidor	(26.338)	(49.249)	(23.551)	(44.405)
ISS	(153)	(493)	(297)	(631)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (f)	(192.163)	(384.326)	(124.852)	(249.705)
Penalidades DIF/FIC e outras	(9.007)	(19.307)	(13.864)	(27.520)
Deduções da receita operacional	(969.128)	(1.828.867)	(876.643)	(1.597.800)
Receita operacional líquida	3.240.375	6.253.783	3.012.828	5.707.792

- (a) A redução decorre da renovação do contrato de concessão, que resultou na redução do saldo do ativo financeiro da concessão após a bifurcação dos ativos, reduzindo consequentemente a base de incidência da remuneração financeira;
- (b) A variação positiva de R\$ 344.755 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$30.724; (ii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no exercício atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 341.105 quando comparado com o exercício anterior; (iii) efeito negativo de R\$ 24.865 em CVA da Bandeira Faturada; e (iv) a variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 2.209;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica diminuiu em 30 de junho de 2026 em razão do movimento da conta contábil. No segundo trimestre de 2026, houve reversão de provisões de receita constituídas no primeiro trimestre, em razão da realização de valores inferiores aos anteriormente estimados, resultando em apuração menor de receita nas vendas desse mercado;
- (d) No período findo em 30 de junho de 2026 a Companhia havia registrado um incremento de 462 clientes Livres representando aumento de 27,2% no número de consumidores Livres comparado ao mesmo período do ano anterior, elevando assim a Receita de uso da Rede Consumidor Livre;
- (e) O aumento decorre da renovação do contrato de concessão, que resultou na aumento do saldo do ativo financeiro da concessão após a bifurcação dos ativos; e
- (f) A variação observada na linha de Conta de Desenvolvimento Energético-CDE decorre, principalmente, da atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao exercício de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. Essa variação é composta por: (i) aumento de R\$ 112.483 para CDE USO; e (ii) aumento de R\$ 22.138 na CDE GD. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



23 Custos do serviço e despesas operacionais

01/04/2026 a 30/06/2026						01/01/2026 a 30/06/2026					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total		Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total
Pessoal	(21.150)	(8.893)	(32.013)	-	(62.056)		(41.765)	(19.496)	(65.705)	-	(126.966)
Material	(3.907)	(3.513)	(1.239)	-	(8.659)		(8.725)	(7.614)	(2.039)	-	(18.378)
Serviços de terceiros	(63.315)	(56.145)	(24.041)	-	(143.501)		(118.486)	(109.297)	(40.142)	-	(267.925)
Custos com energia elétrica (a)	(1.302.086)	-	-	-	(1.302.086)		(2.348.102)	-	-	-	(2.348.102)
Custo de construção	(716.053)	-	-	-	(716.053)		(1.502.754)	-	-	-	(1.502.754)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(70.157)	(70.157)		-	-	-	(148.522)	(148.522)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(2.900)	-	(2.900)		-	-	(11.908)	-	(11.908)
Amortização	(162.042)	-	(12.090)	-	(174.132)		(290.014)	-	(51.607)	-	(341.621)
Subvenção CCC	(34.900)	-	-	-	(34.900)		(66.471)	-	-	-	(66.471)
Outros	(404)	740	(8.012)	(290)	(7.966)		(910)	1.334	(11.547)	(341)	(11.464)
Total	(2.303.857)	(67.811)	(80.295)	(70.447)	(2.522.410)		(4.377.227)	(135.073)	(182.948)	(148.863)	(4.844.111)

01/04/2025 a 30/06/2025						01/01/2025 a 30/06/2025					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total		Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas administrativas (b)	PECLD	Total
Pessoal	(21.196)	(9.511)	(26.231)	-	(56.938)		(42.494)	(19.609)	(47.053)	-	(109.156)
Material	(4.377)	(1.781)	(641)	-	(6.799)		(10.734)	(4.059)	(1.028)	-	(15.821)
Serviços de terceiros	(73.978)	(53.287)	(23.723)	-	(150.988)		(133.781)	(98.682)	(37.000)	-	(269.463)
Custos com energia elétrica (a)	(1.040.564)	-	-	-	(1.040.564)		(1.977.886)	-	-	-	(1.977.886)
Custo de construção	(856.164)	-	-	-	(856.164)		(1.575.963)	-	-	-	(1.575.963)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(67.491)	(67.491)		-	-	-	(120.702)	(120.702)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(3.426)	-	(3.426)		-	-	(8.319)	-	(8.319)
Amortização	(225.241)	-	2.394	-	(222.847)		(330.161)	-	(4.565)	-	(334.726)
Subvenção CCC	(24.953)	-	-	-	(24.953)		(47.409)	-	-	-	(47.409)
Outros	(467)	926	(774)	35	(280)		(488)	1.511	(3.030)	(51)	(2.058)
Total	(2.246.940)	(63.653)	(52.401)	(67.456)	(2.430.450)		(4.118.916)	(120.839)	(100.995)	(120.753)	(4.461.503)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Custos com Energia Elétrica; e

(b) O aumento decorre, principalmente, do processo de primarização, considerando que, em 2025, ainda havia vagas pendentes de contratação. Em 2026, o quadro de pessoal encontra-se mais completo, além da realização de contratações para áreas operacionais que ainda não possuíam equipes estruturadas no exercício anterior.

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



24 Custos com energia elétrica

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	2.847	(731.509)	5.202	(1.217.194)	2.603	(596.584)	5.176	(1.136.572)
Contratos Eletronuclear	42	(20.207)	88	(38.833)	80	(26.343)	159	(52.414)
Contratos cotas de garantias (b)	266	(55.724)	509	(164.945)	314	(76.854)	611	(140.630)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/Energia reserva (b)	-	(78.844)	-	(152.464)	-	(15.709)	-	(77.741)
Energia bilateral	56	(24.536)	112	(48.539)	56	(23.695)	112	(49.450)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(243.550)	-	(436.215)	-	(124.354)	-	(173.465)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	38	(24.800)	80	(49.599)	40	(28.101)	81	(56.201)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	115.450	-	228.282	-	95.911	-	190.978
Geração distribuída (e)	-	6.196	-	12.832	-	(17.221)	-	(33.435)
Subtotal	3.249	(1.057.524)	5.991	(1.866.675)	3.093	(812.950)	6.139	(1.528.930)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (f)	-	(244.562)	-	(481.427)	-	(227.614)	-	(448.956)
Total	3.249	(1.302.086)	5.991	(2.348.102)	3.093	(1.040.564)	6.139	(1.977.886)

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), com preço médio do período em R\$ 233,99/MWh em relação a 30 de junho de 2025 de R\$219,59/MWh e aumento de volume contratado em 0,50%;
- (b) Compreende as despesas com os Contratos de Cotas de Garantia Física e os respectivos custos no Mercado de Curto Prazo (MCP). No período, a rubrica apresentou incremento de R\$ 24.315, refletindo, principalmente, o aumento de R\$ 29.015 nas liquidações do MCP, em decorrência das condições hidrológicas desfavoráveis. Esse efeito foi parcialmente mitigado pela redução de 17% no volume contratado das cotas, que resultou em diminuição de despesas de R\$ 4.700;
- (c) O aumento na despesa do item Energia Curto Prazo - CCEE está relacionado a ocorrência do aumento do PLD e falta de geração das usinas com energia contratada no tipo por disponibilidade. Com a menor geração térmica e eólica (devido à forte geração solar - GD), a distribuidora assume a despesa na CCEE através dos Efeitos por Disponibilidade. O preço que valora essa despesa é o PLD que estava elevado no primeiro semestre de 2026 em relação ao ano anterior;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela Companhia (regime caixa);
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). A variação compreende as compensações dos créditos gerados antes do processo tarifário de 2025, mas com vencimento posterior, período em que a energia injetada de MMGD (Mini e Micro Geração Distribuída) não era considerada na composição da energia requerida dos processos tarifários até a aprovação da REN 1.114/2025; e
- (f) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, RAP, cujos valores são reajustados anualmente. As tarifas em vigor foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, e contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(*) não revisado.

25 Outras despesas operacionais, líquidas

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Outras receitas operacionais				
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	-	-	631	642
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	-	2.179	-	-
Outras receitas operacionais	173	358	1.447	1.530
Total de outras receitas operacionais	173	2.537	2.078	2.172
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(26.537)	(73.008)	(16.601)	(24.888)
Indenização por danos a terceiros	(649)	(1.182)	(565)	(1.018)
Provisão para perda de estoque (a)	(1.064)	-	(1.676)	(10.954)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(5.656)	(13.375)	(6.253)	(12.428)
Outras despesas operacionais	(6.022)	(12.991)	(6.533)	(12.645)
Total de outras despesas operacionais	(39.928)	(100.556)	(31.628)	(61.933)
Total	(39.755)	(98.019)	(29.550)	(59.761)

- (a) A Companhia realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;
- (b) Foram registradas baixas de ativos que apresentaram avarias e deixaram de ser utilizados nas operações, sendo desativados ao longo do período. Esses ativos não foram reaproveitados, o que justificou o reconhecimento da perda. O aumento das perdas de desativação da Companhia decorre do crescimento de 60% na quantidade de obras baixadas no comparativo entre os trimestres; e
- (c) No período findo em 30 de junho de 2026 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 93.290 e R\$ 79.915 (sendo R\$ 76.622 do contas a receber de clientes conforme nota explicativa nº 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e R\$ 293 de outros contas a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de 13.375.

26 Resultado financeiro

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	96.829	198.174	82.224	174.382
Valores a receber/devolver parcela A (b)	23.936	42.269	9.797	18.301
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(12.990)	119.878	65.823	77.110
Acréscimo moratório de energia vendida	49.905	88.866	35.227	71.615
Receita financeira de AVP (d)	512	854	4.855	9.487
PIS/COFINS sobre receita financeira	(8.559)	(16.242)	(6.277)	(13.202)
Variação monetária e cambial (e)	3.404	23.280	74.273	182.117
Marcação a mercado da dívida (f)	160.186	160.186	-	-
Outras receitas financeiras	13.383	19.970	7.731	19.604
Total de receitas financeiras	326.606	637.235	273.653	539.414
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	(194.942)	(386.622)	(127.423)	(265.879)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(158.954)	(274.466)	(101.397)	(235.074)
Valores a receber/devolver parcela A	(21.959)	(36.150)	(18.032)	(35.162)
Variação monetária e cambial (e)	(90.611)	(213.609)	(49.982)	(125.206)
Marcação a mercado da dívida	(25.186)	(25.186)	(68.520)	(68.520)
Despesa financeira de AVP (d)	(10.517)	(16.800)	(5.204)	(14.626)
Atualização de contingências	(3.566)	(8.554)	(2.711)	(6.111)
Juros, multas s/ operação de energia	-	(43)	(185)	(185)
Descontos concedidos	(17.966)	(36.523)	(12.592)	(28.470)
Encargos com partes relacionadas	(387)	(766)	(401)	(817)
Juros de mora sobre PECLD	(839)	(973)	(923)	(1.245)
Despesa com Aval	-	-	(1.844)	(7.464)
Outras despesas financeiras	(9.641)	(21.394)	(12.314)	(25.777)
Total de despesas financeiras	(534.568)	(1.021.086)	(401.528)	(814.536)
Resultado financeiro líquido	(207.962)	(383.851)	(127.875)	(275.122)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento do CDI, que passou de 6,26% no acumulado até 30 de junho de 2025 para 6,65% no mesmo período de 2026;
- (b) A variação positiva de valores a receber/devolver de parcela A se deve: ao crescimento dos montantes constituídos de Parcela A em 2026, que são atualizados mensalmente pela SELIC e por diferença de processos tarifários, onde as constituições das CVA variam de acordo com as coberturas homologadas;
- (c) Refere-se às operações de *swap* designadas como *hedge* de fluxo de caixa, cuja despesa nos períodos de janeiro a junho de 2025 e 2026 foi impactada principalmente pela variação cambial. Entre dezembro de 2024 e junho de 2025, o dólar apresentou redução de R\$ 6,19 para R\$ 5,46 (-13,47%), enquanto entre dezembro de 2025 e junho de 2026 passou de R\$ 5,50 para R\$ 5,18 (-6,29%).
- (d) Valor refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido negativo de R\$ 15.946, composto de R\$ R\$ 5.539 e de R\$ 10.407, conforme notas explicativas nº 6 - Contas a receber de clientes e nº 18.3 - Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial;
- (e) No acumulado até 30 de junho de 2026, a variação é explicada principalmente pela menor exposição a dívidas em moeda estrangeira, que passou a representar 2,6% do total da dívida, em comparação a 17,4% em 30 de junho de 2025; e
- (f) O saldo contempla a marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps*, contabilizados pelo método de *hedge* a valor justo.

27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.4 – *Covenants* das debêntures.

27.2 Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia realiza hedge de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de hedge de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

27.3 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nominal, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

27.4 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorrerem as mudanças. Para período findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, e em relação ao período findo em 30 de junho de 2025, conforme descrito no item a seguir.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.681.153	1.681.153	1.946.354	1.946.354
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.521.287	2.521.287	2.489.237	2.489.237
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	3	Custo amortizado	334.434	334.434	349.930	349.930
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	173.903	173.903	-	-
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	301.073	301.073	8.877.170	8.877.170
Total do ativo			5.011.850	5.011.850	13.662.691	13.662.691

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.020.088	1.020.088	1.111.437	1.111.437
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	182.612	182.612	202.487	202.487
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.197.085	2.198.691	2.322.271	2.324.998
Debêntures	-	Custo amortizado	3.092.925	3.092.926	3.116.176	3.138.473
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	3.578.087	3.578.087	2.757.703	2.757.703
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.203.945	1.203.945	1.170.608	1.170.608
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	11.486	11.486	14.133	14.133
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	268.906	268.906	116.420	116.420
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	-	-	216.680	216.680
Total do passivo			11.555.134	11.556.741	11.027.915	11.052.939

Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)



27.5 Instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em Moeda estrangeira	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo	
									30/06/2026	31/12/2025
Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	USD 50.000	300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	6,0118% a.a./ CDI +1,09% a.a.	(60.759)	(26.053)
BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	1.475.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(99.079)	(43.575)
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	1.300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(99.690)	(46.792)
Bradesco	13/02/2026	15/01/2038	-	800.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	(9.378)	-
Total				3.875.000					(268.906)	(116.420)
									Passivo circulante	(1.983)
									Passivo não circulante	(266.923)
									Efeito líquido total	(268.906)
										(116.420)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil				Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
		30/06/2026		31/12/2025			
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)		
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.875.000	(268.906)	3.075.000	(116.420)	(183)	35.974

27.6 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

28.1 Transações não envolvendo caixa

O IAS 7/ CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo contratual e intangível	850.976
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	378.616
Transferência entre ativo financeiro e intangível	9.258.952
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	33.990
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	69.500
Total de atividades de investimento	10.592.034
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	36.923
Hedge accounting de fluxo de caixa	(183)
Dividendos intermediários	700.000
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	19
Total de atividades de financiamento	736.759
Total	11.328.793

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2025	Fluxos de caixa	Pagamento de juros	Novos arrendamentos	Mudanças no valor justo	Outros (a)	30/06/2026
Empréstimos e financiamentos	2.322.271	(176.866)	(41.116)	-	-	92.796	2.197.085
Debêntures	5.873.879	771.908	(319.135)	-	(135.000)	479.360	6.671.012
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	1.170.608	(13.727)	(5.827)	-	-	52.891	1.203.945
Passivos de arrendamento	14.133	(2.666)	(570)	19	-	570	11.486
Dividendos a pagar	299.251	(296.739)	-	-	-	700.000	702.512
Instrumentos financeiros derivativos	116.420	-	(1.919)	-	(183)	154.588	268.906
Totais	9.796.562	281.910	(368.567)	19	(135.183)	1.480.205	11.054.946

- (a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 ^(*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2026 a 2037	1.511.778	3.681.186	3.780.150	44.518.089
Energia contratada (MWh)	2026 a 2037	6.792.643	12.746.026	12.628.440	124.833.714

(*) estimado 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 ^(**)
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2026 à 2028	464.333	40.430	22.015	215.430
Sistemas isolados (MWh)	2026 à 2028	233.850	51.406	25.543	257.307

(**) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

30 Eventos subsequentes

Captação de empréstimo

Em 20 de julho de 2026 foi liquidada a operação contratada junto ao Bocom BBM nos termos da Lei nº 4.131, com prazo de 3 anos, amortização bullet e juros semestrais, no valor de CNY 266.453 ao custo de CNY + 2,20% a.a., com SWAP de câmbio para CDI + 0,90% a.a., perfazendo o montante de R\$ 200.000.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Marizio Martins da Costa

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Eduardo Ramos da Silva

Adilson Celestino de Lima

Francisco Renato da Costa Garcez

Dorgival Soares da Silva

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Márcio Caires Vasconcelos
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

André Luiz Barata Pessoa
Diretor

Nierbeth Costa Brito
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842-O-3 S-PA